

A responsabilidade pela queda de homicídios no Brasil é sobretudo dos Estados

Polêmica sobre quem tem o crédito pela queda dos homicídios é inócua. Sem articulação, pouco se avança. Estados e DF arcam com a quase totalidade dos gastos e têm os instrumentos: polícia civil e militar, diz ex-ministro

Raul Jungmann
14 de janeiro de 2020

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Unidades prisionais do país estão nas mãos do crime organizado; o Brasil tem atualmente a terceira maior população carcerária do mundo

O Brasil teve sete constituições, e em nenhuma delas o governo central deteve responsabilidades com a segurança pública – desde a primeira de 1824, até a última de 1988. Entre nós, foram as províncias no Império e os estados na República os responsáveis por ela, donde o secular “federalismo acéfalo” em matéria de segurança pública. Estado algum, por óbvio, tem poderes ou recursos para definir um sistema nacional ou uma política nacional de segurança. Portanto, até aqui nunca tivemos nem sistema, nem política, até o advento do SUSP em 2018, no governo Temer. Tivemos, sim, planos de segurança, vários, cuja duração era a mesma do ministro que os desenhou no cargo.

O artigo 144 da atual Constituição, que dispõe sobre a arquitetura da área, diz que “segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”. Em seguida, passa a elencar os órgãos que são por ela responsáveis, sendo apenas dois no âmbito federal, a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Uma, a PF, cuida de alguns tipos penais. Outra, a PRF, da fiscalização das rodovias federais. O peso da segurança pública é dos estados, que respondem por 81% do gasto total, o governo federal 12% e os municípios o restante. Destaque-se que todas as áreas sociais constantes da Carta de 88 – educação, saúde, previdência, assistência social, esportes, cultura – se constituíram em sistemas. Uns mais outros menos, são liderados pelo governo federal e se organizam em ministérios. Menos a segurança pública, que afora os 11 meses de existência do Ministério da Segurança, jamais teve nível ministerial exclusivo na administração pública federal.

Dessa “acefalia” resultam problemas e disfunções graves, das quais a ausência de uma base de dados nacional não é das menores. Como não possui competências constitucionais na segurança, as informações e dados são exclusivamente gerados pelos estados. Até a edição do SUSP, não era obrigatório o repasse e consolidação destas informações pelo Ministério da Justiça ou da Segurança. Cabe então a pergunta: como desenhar políticas públicas, de segurança ou qualquer outra sem dados? Como definir diretrizes, objetivos, metas e, em especial, aferir resultados e custo benefício dos recursos alocados?

A primeira iniciativa federal na área da segurança se dá apenas em 1995, com a criação da Seplanseg, no governo FHC. No governo Lula foi criado o SINESP, um complexo e caro sistema de informações que até 2018 não foi capaz de produzir informações nacionais consistentes, porque os estados ou não mandavam os dados ou não aceitavam os critérios de classificação das ocorrências. Enquanto a “acefalia federativa” se perpetuava, o crime organizado se nacionalizava e internacionalizava. Das mais de 70 facções do crime organizado existentes e de base prisional (elas foram criadas ali e dominam o sistema prisional), ao menos meia dúzia delas são nacionais e avançam em países vizinhos, a exemplo do PCC, atualmente organizado na Bolívia, Paraguai, Peru, Colômbia e Venezuela, além de ser detectado no EUA. Esse quadro é agravado pelo domínio das facções criminosas do sistema prisional brasileiro.

Das cerca de 1.500 unidades prisionais brasileiras, sua larga maioria encontra-se em mãos do crime organizado. Dramaticamente saturadas, cerca de dois apenados para cada vaga em média, temos a 3ª maior população prisional do mundo, mais de 720.000 pessoas, nossas prisões são o centro de recrutamento das facções, pela brutal razão que o Estado não garante a vida dos que lá estão. Estes, apenados, buscam segurança nas facções que, em troca de proteção, exigem a subserviência sob pena de morte aos seus associados.

A população carcerária, composta majoritariamente de jovens (cerca de 53%), negros (63%), com baixa escolaridade, não tendo acesso a escolarização (90%) ou a qualquer formação profissional ou laboral (82%), cresceu 200% nos últimos 8 anos – e o crime organizado, inexoravelmente, cresce com ela. Mais presos, mais soldados do crime que, de volta às ruas, sem chances de reinserção social e presos ao juramento de obediência das facções, vão alimentar a violência das ruas.

Essa violência, entretanto, é percebida pela sociedade e pela política em termos de repressão, nunca em termos das suas raízes e efeitos que repõem, ampliando a violência preexistente. Tais raízes e efeitos se encontram na juventude, principalmente negros e na faixa dos 15 aos 24 anos, que têm duas vezes mais risco de serem mortos de forma violenta. São eles que, sem futuro, nas periferias, vivendo em famílias desestruturadas, vulneráveis, vão parar no nosso sistema prisional de “recrutamento para as facções”, sem que antes se lhes tenha dado uma chance de uma vida social e produtiva digna.

Nosso debate nacional para por aí, na repressão: mais polícias, mais armas, mais veículos, penas mais duras. O debate e, portanto, as políticas sobre prevenção social orientada para juventude das periferias ou para a reforma do sistema prisional inexistem, estão interditados. Idem uma nova política de drogas que diferencie os traficantes e usuários sem passado penal, que entopem nosso sistema prisional e lá são recrutados pelo crime organizado. Uma política nacional de segurança real começa na prevenção social, passa pela repressão qualificada (sem dúvida necessária) e não pode desviar os olhos da calamidade que é nosso sistema prisional, que prende muito e prende mal (48% dos crimes são por furto, roubo ou receptação e apenas 12% por homicídios).

Diante disso, a polêmica sobre quem tem o crédito pela queda dos homicídios é pobre e ridícula. Ela se inicia em 2018 e segue caindo em 2019, mas o protagonismo não é do governo anterior ou do atual, é dos estados. São eles, como já dito, os responsáveis constitucionalmente pela segurança pública, os que arcam com a quase totalidade dos gastos e os que têm os instrumentos, polícia civil e militar. Além do que é definitivo, governo federal e justiça federal não cuidam dos homicídios; mais uma vez, isso é responsabilidade do executivo e da justiça estadual.

Na nossa gestão colaboramos, sem dúvida, para essa queda. Com ações como o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a criação de um sistema nacional e política nacional de segurança que nunca tivemos. Como, ainda, a vinculação de recursos das loterias da Caixa Econômica Federal ao Fundo Nacional de Segurança, a alocação de 90 milhões de reais ao Conselho Nacional de

Justiça para a digitalização dos dois milhões de processos da justiça penal no país, idem a biometria de toda a população carcerária; a criação da Coordenação de Combate ao Crime organizado na PF; concursos de pessoal para a PRF e PF; ações nacionais com todas as polícias estaduais no combate à pedofilia, feminicídio e homicídios; uma primeira política nacional voltada para prover trabalho para egressos; recursos destinados à Força Aérea Brasileira para fechar o espaço aéreo na fronteira para o tráfico com a Bolívia e Paraguai e para a Marinha monitorar a Baía da Guanabara e o Exército instalar um centro de treinamento para as polícias no DF, dentre outras ações.

São, sem dúvida, fundamentos, bases, para evoluirmos na redução da violência e defesa da vida. Necessários, mas não suficientes, pois carecemos de uma urgente consolidação do SUSP nos estados e municípios, de debate e novas políticas nacionais de drogas, reforma do sistema prisional e prevenção social, este orientado para a juventude, e um repressão qualificada, polícias isentas de corrupção e interferência política, com qualidade de vida e autoestima. Sem isso, perpetuaremos um sistema de segurança pública centrado exclusivamente na repressão e que alimenta e promove o crime organizado, favorecendo a violência.

Raul Jungmann

Ex-Ministro da Reforma Agrária, Defesa e Segurança Pública (Governo Temer)

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-kruj6-gae9x>

